

**RECLAMAÇÃO Nº 39.321 - SP (2019/0342967-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECLAMANTE** : CDA COMERCIO INDUSTRIA DE METAIS LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : MARCELO DA SILVA PRADO E OUTRO(S) - SP162312  
**ADVOGADOS** : MARIA HEBE PEREIRA DE QUEIROZ - SP027745  
FABIO COELHO TAVARES - SP315709  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de Reclamação (art. 105, I, "f", da Constituição Federal) ajuizada por CDA Comércio e Indústria de Metais Ltda - em recuperação judicial contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento a Agravo Interno, mantendo a decisão monocrática que negou seguimento ao Recurso Especial, por considerar que o *decisum* recorrido está em consonância com a orientação firmada pelo STJ no Recurso Especial repetitivo 1.185.036/PE:

AGRAVO INTERNO - Decisão monocrática que negou seguimento ao recurso especial.

- A questão referente à controvérsia sobre a possibilidade de condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios em decorrência da extinção da Execução Fiscal pelo acolhimento de Exceção de Pré-Executividade, é idêntica à matéria tratada no rito dos recursos repetitivos Resp. n. 1.185.036/PE (Tema 421).

Nega-se provimento ao recurso.

A reclamante sustenta: "(...) Como tais temas foram julgados sob o rito dos recursos repetitivos, deveria a Câmara do TJSP ter aplicado dita jurisprudência do STJ, condenando a Fazenda Estadual em honorários advocatícios, sobre o proveito econômico referente ao percentual que foi cancelado da Execução Fiscal, nos termos do art. 85 do CPC".

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 18.11.2019.

A reclamante busca a reforma de decisão que negou seguimento ao seu Recurso Especial, alegando que a hipótese dos autos não se enquadra na compreensão firmada pelo STJ no Recurso Especial repetitivo 1.185.036/PE.

É assente no STJ que não cabe Reclamação constitucional contra o

julgado que nega provimento a Agravo Regimental interposto contra decisão de inadmissibilidade do Recurso Especial fundada no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973 (art. 1.040, I, do CPC/2015), tendo em vista não estar caracterizada usurpação da competência desta Corte Superior.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NOS TERMOS DO ART. 543-C, § 7º, I DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de reclamação ajuizada por HELENA FEDRIZZI contra ato do Tribunal Regional Federal da 4a. Região de confirmar, em sede de Agravo Interno a decisão que negara seguimento ao Recurso Especial interposto, ao entendimento de que a pretensão da autora é contrária à tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo.

2. Em sua insurgência, a agravante sustenta a usurpação da competência do STJ, ao argumento de que o Recurso Especial está fundado, tão somente, na alegada violação ao art. 535 do CPC/1973, o que afasta a aplicação da tese firmada em recurso repetitivo.

3. É firme a orientação desta Corte afirmando a inviabilidade de cabimento da Reclamação contra o julgado que nega provimento a Agravo Regimental interposto contra decisão de inadmissibilidade de Recurso Especial fundada no art. 543-C, § 7º, I do CPC/1973, tendo em vista não estar caracterizada usurpação da competência do STJ.

4. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 26.340/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 26.8.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ART. 988 DO CPC/2015. AJUIZAMENTO CONTRA ACÓRDÃO DA CORTE DE ORIGEM QUE NEGA PROVIMENTO À AGRAVO INTERNO EM FACE DE DECISÃO QUE INADMITE RECURSO ESPECIAL COM ARRIMO NO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/1973. NÃO CABIMENTO. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ. INEXISTÊNCIA.

1. *In casu*, o reclamante teve seu recurso especial considerado prejudicado nos termos do art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, decisão contra a qual foi interposto agravo regimental, desprovido pela Corte de origem.

2. Nos termos do entendimento desta Corte Superior,

"não cabe reclamação constitucional contra o julgado que nega provimento a agravo regimental interposto contra decisão de inadmissibilidade do especial fundada no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, tendo em vista não estar caracterizada usurpação da competência do STJ". (AgRg na Rcl 29.631/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 7/3/2017)

3. Ausência das hipóteses previstas no art. 988, IV e §§ 4º e 5º, II, do CPC/2015, invocados no presente regimental.

4. Agravo interno não provido. (AgInt na Rcl 34.318/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves Primeira Seção, DJe 19.6.2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC/1973. PRETENSÃO DE MODULAR OS EFEITOS DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO STJ. DESCABIMENTO.

1. Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, não se admite o ajuizamento de reclamação com a finalidade de modificar o julgamento de agravo interno pelo Tribunal de origem, o qual denegou a subida do recurso especial, sob o fundamento de que a tese nele contida diverge da orientação proferida em julgamento de recurso representativo da controvérsia.

2. De acordo com a inteligência do julgamento proferido pela Corte Especial na QO no Ag 1.154.599/SP, cumpre exclusivamente ao Tribunal *a quo*, na apreciação de agravo interno, revisar o juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, não sendo possível, daí em diante, a apresentação de qualquer outro recurso dirigido a esta Corte, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei n. 11.672/2009. Precedentes.

3. A reclamação é uma demanda de origem correccional, cujas hipóteses de cabimento encontram-se previstas na Constituição da República e na lei processual, não havendo espaço para o debate de questões estranhas àquelas expressamente contidas na legislação, a exemplo da conveniência ou não de serem modulados os efeitos de precedente firmado sob a sistemática dos recursos repetitivos. Admitir o contrário é fragilizar a própria finalidade para a qual o referido instituto fora criado, o que não é possível.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 34.085/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 30.8.2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DE INCIDÊNCIA DE MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO REPETITIVO. RECURSO INCABÍVEL. RECLAMAÇÃO ALEGANDO USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA.

I - Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, em hipótese de suspensão da tramitação do recurso especial, com fundamento no art. 543-C, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973, não se admite reclamação constitucional, descabendo falar em usurpação da competência do STJ, pois o ato da presidência do Tribunal *a quo* não possui natureza decisória.

II - Agravo interno improvido. (AgInt no RCD na Rcl 32.112/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 18.5.2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO QUE IMPUGNA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM, QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL, APLICANDO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC/73). NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto contra decisão publicada em 22/02/2016, que negou seguimento à Reclamação.

II. Hipótese em que a Reclamação impugna decisão do Tribunal de origem, que, após receber como Agravo Regimental o Agravo interposto contra decisão que negara seguimento ao seu Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, não conheceu do recurso, por intempestivo.

III. A Reclamação é ação de natureza constitucional, que visa preservar a competência desta Corte ou garantir a autoridade de suas decisões, conforme dispõem os arts. 105, I, f, da Constituição Federal e 13 e seguintes da Lei 8.038/90, sendo indevido o seu uso como sucedâneo recursal.

IV. É incabível a Reclamação, prevista no art. 105, I, f, da Constituição Federal, para impugnar decisão do Tribunal de origem, que não conheceu, por intempestivo, do Agravo Regimental interposto contra decisão que negara seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, pois a Reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, além do que seu acolhimento, nesses casos, tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos.

V. Com efeito, "segundo a jurisprudência desta Corte, não é cabível a utilização da reclamação constitucional contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, ainda que confirmada em subsequente agravo regimental" (STJ, AgRg na Rcl 27.447/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/12/2015). No mesmo sentido: STJ, AgRg na Rcl 16.032/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/05/2014; AgRg na Rcl 14.190/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013; AgRg na

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rcl 4.231/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/08/2012.

VI. Agravo Regimental improvido. (AgRg na Rcl 29.631/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 7.3.2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RI/STJ, **indefiro liminarmente a Reclamação**. Prejudicado o pedido de concessão de medida liminar.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator